

**As Ordens Militares na cultura escrita da Nobreza (1240-1380).
Representações nas cantigas de escárnio e de maldizer e nos nobiliários
medievais portugueses***

Cláudio Neto
Instituto de Estudos Medievais - FCSH-UNL

Resumo

Apresentação do projecto de dissertação de mestrado em História Medieval intitulada *As Ordens Militares na cultura escrita da Nobreza (1240-1380). Representações nas cantigas de escárnio e de maldizer e nos nobiliários medievais portugueses*. Partindo da renovação da historiografia sobre Ordens Militares, são apresentados alguns dos problemas e potencialidades colocados pelos estudos sobre representações das milícias. Propondo-se esclarecer a valorização das milícias religiosas no seio da ideologia da Nobreza medieval portuguesa, o presente projecto debruçar-se-á sobre as representações dos freires presentes quer no repertório satírico dos trovadores galego-portugueses, quer nos três nobiliários medievais portugueses. Introduzem-se os materiais a analisar, bem como alguns dos problemas inerentes aos seus contextos de produção, necessariamente dependentes da estrutura da Nobreza medieval portuguesa dos séculos XIII e XIV.

Abstract

This text presents the master dissertation project in Medieval History titled *The military orders in the nobility's written culture (1240-1380). Representations in the cantigas de escárnio e de maldizer and in the Portuguese medieval lineage books*. Recent advances on the Military Orders' historiography have shown the importance and potential of studies dedicated to the views of the medieval society in relation to the religious militias. Following this trend, this research project intends to analyse both the satires produced by the Galician-Portuguese troubadours and the three Portuguese medieval lineage books. Through this analysis it is expected a better understanding of the views of the medieval Portuguese nobility about the religious militias. The article introduces the materials to be worked, as well as some of the inherent problems related to their production contexts, which necessarily depend on the structure of the Portuguese medieval nobility of the 13th and 14th centuries.

COORDENADAS DE PARTIDA

Em 1985, em *Identificação de um País*, José Mattoso adiantava a hipótese de que um dos elementos difusores da ideologia de cavalaria na Península Ibérica seria a presença e acção das Ordens Militares neste espaço.¹ Na mesma passagem, referia a incapacida-

* O presente texto resulta da comunicação apresentada a 30 de Abril de 2010 ao Workshop de Estudos Medievais (WEM) 2010, decorrido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. À data, assumia-se como uma exploração preliminar das linhas orientadoras da dissertação de mestrado do autor. As vicissitudes da publicação determinam que este trabalho venha a público já depois da conclusão da referida dissertação, pelo que muito do que aqui se encontra redigido tenha sido alvo de reformulação no produto final desta investigação. Por outro lado, algumas das considerações aqui tecidas foram também alvo de revisão decorrente do aprofundamento da pesquisa bibliográfica e da publicação de trabalhos posteriores. Foi tomada a opção de manter o texto idêntico ao da redacção original de modo a manter o objectivo com que foi elaborado: o da apresentação de um projecto de dissertação de mestrado. Do presente projecto resultou

de de determinar esta hipótese com rigor devido à escassez de estudos que se debruçassem sobre aquilo a que chamou *ambiente cultural* próprio destes institutos.

À altura, o panorama geral dos estudos acerca das Ordens Militares em âmbito português mostrava-se incipiente. Hoje, volvidos mais de vinte e cinco anos, o estudo deste tema ganhou fôlego, muito incentivado pelos trabalhos desenvolvidos quer na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, quer pelo Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, sediado em Palmela. Duas iniciativas regulares, a revista *Militarium Ordinum Analecta*² e os *Encontros sobre Ordens Militares* em Palmela³ (com a subsequente publicação das suas actas), atestam o vigor dos estudos sobre as milícias religiosas em Portugal e a sua crescente dimensão internacional.

As iniciativas citadas não esgotam a investigação acerca destes institutos em Portugal. São antes um bom barómetro para a compreensão das linhas de força da mesma, que tem vindo a debruçar-se principalmente sobre as questões relacionadas com o património, a normativa, a administração, as relações entre as Ordens e os outros poderes e, mais recentemente, com a composição humana das mesmas.⁴ Algumas tentativas de síntese sobre o tema foram já gizadas, fazendo ponto da situação e procurando um enquadramento global. Neste âmbito, refira-se o artigo de Luís Adão da Fonseca, no *Dicionário de História Religiosa de Portugal*⁵, primeiro esforço de síntese sobre o tema, se bem que condicionado pela produção historiográfica disponível à data – maioritariamente relacionada com os problemas do estabelecimento destes institutos, ou com o estudo dos mesmos na baixa medievalidade e na transição para o período moderno.⁶ Refiram-se, por outro lado, outros esforços de síntese mais recentes. Um deles, levado a cabo por Luís Filipe Oliveira, em 2005, na secção sobre Ordens Militares da obra *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento*⁷, e outro, do mesmo au-

a elaboração da dissertação intitulada *As Ordens Militares na cultura escrita da Nobreza - 1240-1350. Representações nas cantigas de escárnio e de mal dizer*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, elaborada sob a orientação do Prof. Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa e do Prof. Doutor Luís Filipe Oliveira (Novembro 2012). No âmbito desta advertência, cabe ainda aqui prestar os devidos agradecimentos ao Professor Doutor José Carlos Miranda e ao Mestre Armando de Sousa Pereira pelas críticas e sugestões que fizeram ao presente artigo no decorrer dos trabalhos do WEM 2010.

¹ José Mattoso, *Identificação de um País. Oposição*, 103 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).

² Esta revista, dirigida por Luís Adão da Fonseca e apoiada pela Fundação Eng. António de Almeida, conta já com onze números, abarcando estudos acerca de todas as Ordens Militares presentes em solo português.

³ As Ordens Militares em Portugal. Actas do I Encontro sobre Ordens Militares, coord. Paulo Pacheco; Luís Pequito Antunes (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991); As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares, coord. Isabel Cristina F. Fernandes; Paulo Pacheco (Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1997); Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, 2 vols. (Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1999); As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005); As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Palmela: Câmara Municipal/GEOS, 2009).

⁴ A este respeito, veja-se Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Faro: Imprensa da Universidade do Algarve, 2009).

⁵ Luís Adão da Fonseca, "Ordens Militares" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, 334-344 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).

⁶ Este contributo foi dado sobretudo pelos seguintes trabalhos: Isabel Luísa Morgado de Sousa e Silva, "A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373-1417)" in *Militarium Ordinum Analecta. As Ordens Militares no Reinado de D. João I*, n.º 1, 5-126 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997); Maria Cristina Gomes Pimenta, "A Ordem Militar de Avis (Durante o Mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira)" in *Militarium Ordinum Analecta. As Ordens Militares no Reinado de D. João I*, n.º 1, 127-242; António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, "A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média: espiritualidade, normativa e prática" in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 2, 5-92 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998); Isabel Maria Lago Barbosa, "A Ordem de Santiago em Portugal na Baixa Idade Média: normativa e prática" in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 2, 98-288; Paula Pinto Costa, "A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade" in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 3/4, pp. 5-592 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999/2000).

⁷ Luís Filipe Oliveira, "Ordens Militares" in *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia*

tor, em colaboração com Isabel Cristina Fernandes, dedicado às milícias religiosas em solo português, também de 2005, publicado na obra *As Ordens Militares na Europa Medieval*.⁸

A importância da publicação destas duas tentativas de formular uma visão de conjunto sobre o tema deve ser entendida no quadro da pujança atingida pelos estudos sobre Ordens Militares em Portugal. A inclusão de uma entrada sobre o assunto no *Guia de Ordens Religiosas*⁹ revela o desenvolvimento e o reforço do interesse sobre esta temática no seio dos estudos de história religiosa. Por outro lado, a inclusão de um artigo de síntese dedicado ao caso português na obra coordenada por F. Novoa Portela e por C. de Ayala Martínez¹⁰, revela a conquista de um lugar relevante no seio da historiografia europeia sobre estes institutos pelos académicos portugueses.

APROXIMAÇÕES A UMA HISTÓRIA CULTURAL DAS ORDENS MILITARES

Resiste, ainda, uma lacuna relativa aos estudos sobre o ambiente cultural das Ordens Militares para o período que medeia o início do reinado de D. Afonso III e o advento da dinastia de Avis. Esta ausência é muito motivada pela escassez de fontes directas que permitam ao investigador aceder a este tema. Como se sabe, a ter existido, a crónica medieval das Ordens Militares em solo português encontra-se desaparecida, factor que constitui o primeiro entrave para a investigação neste rumo. Porém, conhecem-se já alguns materiais que podem fornecer pistas para o desencadear de um inquérito mais aprofundado sobre esta questão.

Quanto à hipotética tradição cronística medieval das Ordens Militares, o testemunho mais emblemático consiste na chamada *Crónica da Conquista do Algarve*, vestígio de uma provável *Crónica de Paio Peres Correia*¹¹, inserida na *Crónica de 1419*. Mas a actividade cultural relacionada com as milícias encontra outros ecos, como o da recepção da *Matéria da Bretanha* em Portugal, que Ivo Castro relacionou, através do *Livro de José de Arimateia*, com a actividade cultural de João Vivas, freire da Ordem de Santiago.¹² Há também que relembrar o conjunto de epígrafes relacionadas com as milícias religiosas, do qual as lápides funerárias de Gualdim Pais e de Afonso Peres Farinha, ambas editadas por Mário Jorge Barroca¹³, servem de bom exemplo.

Relativamente à relação das milícias com a actividade dos trovadores galego-portugueses, é importante relembrar a importância de Fernando Afonso, bastardo de D. Afonso Henriques e Grão-Mestre Hospitalário, nos contactos estabelecidos entre as Cortes do Nordeste peninsular – nomeadamente a dos Cameros – e alguns trovadores occitânicos.¹⁴ Por outro lado, é necessário chamar à atenção para um dado já enunciado por António Resende de Oliveira no seu apêndice prosopográfico a *Depois do Espectáculo Trovadoresco* e também sublinhado por Philippe Josserand: pondera-se a hipóte-

Histórico, dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa, 453-502 (Lisboa, Horizonte, 2005).

⁸ Isabel Cristina Fernandes; Luís Filipe Oliveira, "As Ordens Militares no Reino de Portugal" in *As Ordens Militares na Europa Medieval*, coord. Feliciano Novoa Portela e Carlos de Ayala Martínez, 136-165 (Lisboa: Chaves Ferreira, 2005).

⁹ Vide supra, nota 7.

¹⁰ Vide supra, nota 8.

¹¹ A este respeito, veja-se Luís Krus, "Crónica da Conquista do Algarve" in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavanni, 176 (Lisboa: Caminho, 1993).

¹² Cf. Ivo Castro, "Sobre a data da introdução na Península Ibérica do Ciclo Arturiano da Post-Vulgata" in *Boletim de Filologia*, t. XXVIII, 81-98 (Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1983). Sobre esta problemática, veja-se ainda: Ivo Castro, *Livro de José de Arimateia (estudo e edição do cód. ANTT 643)*, diss. Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coimbra: 1984); José Carlos Miranda, *A Demanda do Santo Graal e o ciclo arturiano da Vulgata* (Porto: Granito, 1998); José Carlos Miranda, *Galaz e a Ideologia da Linhagem* (Porto: Granito, 1998).

¹³ Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, III vols. (Porto: Gulbenkian/FCT, 2000) [epígrafes n.º 203 (vol. II, t. 1, 522-527) e n.º 398 (vol. II, t. 1, 1024-1025)].

¹⁴ Cf. José Carlos Miranda, Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a primeira geração de trovadores galego-portugueses, 53-54 (Porto: Guarecer, 2004).

se de o trovador Rui Gomes, o Freire, autor de duas cantigas de amor, ser um freire da Ordem de Avis – concretamente, Rodrigo Gomes, testemunha da doação dos bens de Seia à Ordem de Avis pela rainha D. Mafalda, em 1215.¹⁵ Estas duas evidências parecem apontar para o envolvimento de alguns freires neste fenómeno cultural, hipótese a necessitar de futuro esclarecimento.

A escassez e dispersão destes e de outros vestígios constituem, porém, um obstáculo para o desenvolvimento da investigação neste sentido. Com isto em mente, são necessárias abordagens que permitam intuir a aplicação do modelo de espiritualidade próprio das milícias – a *cavalaria religiosa*¹⁶ –, de forma a esclarecer a implicação desta forma de vida na criação de modalidades culturais próprias das Ordens Militares. Na ausência de testemunhos directos, a exploração do impacto causado na restante sociedade medieval pela existência destes institutos tem-se provado um método eficaz para o acesso a informações relativas ao lugar ocupado pelos freires na mundividência dos agentes culturais. Neste sentido, existem já estudos dedicados à observação e interpretação da *imagem* dos freires. Refiro-me, em primeiro lugar, aos trabalhos de Helen Nicholson sobre a imagem dos templários, hospitalários e teutónicos na Europa entre 1128 e 1291 e sobre as representações destes na épica medieval e no romance entre 1150 e 1500.¹⁷ Em segundo lugar, é necessário referir a primeira parte da tese de doutoramento de Philippe Josserand¹⁸, dedicada à aferição das mutações e permanências das representações das milícias religiosas na sociedade castelhana entre 1252 e 1369. Salientem-se também os trabalhos de Damien Carraz que tiveram em conta a importância do retrato das Ordens Militares e da Cruzada traçado nas composições dos trovadores Provençais.¹⁹

A atenção prestada por estes investigadores às representações das Ordens Militares feitas quer por elas próprias – fenómenos de auto-representação²⁰ –, quer por terceiros, veio demonstrar que este trilho de pesquisa constitui um filão que permite obter respostas a questões ainda não se encontram suficientemente esclarecidas pela historiografia. O estudo das representações, campo privilegiado da corrente pós-moderna²¹, permite ao investigador lidar não só com a escassez de vestígios directos, mas também, através da sondagem das projecções do seu objecto de estudo noutros agentes históricos, compreendê-lo no âmbito da inserção num determinado contexto

¹⁵ Cf. António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancionários peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, 432 (Lisboa: Colibri, 1994). Veja-se também Philippe Josserand, *Église et Pouvoir dans la Péninsule Ibérique. Les Ordres Militaires dans le Royaume de Castille (1252-1369)*, 190 (Madrid: Casa de Velázquez, 2004).

¹⁶ Para a compreensão e esclarecimento deste conceito, veja-se Malcom Barber, *The New Knighthood. A History of the Order of the Temple*, 38-63 (Cambridge: Cambridge University Press, 1995); Luís Filipe Oliveira, "Ordens Militares", 455-460; Carlos de Ayala Martínez, *Las ordenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*, 13-53 (Madrid: Marcial Pons/La Torre Literaria, 2007); Luís García-Guijarro Ramos, *Papado, Cruzadas y órdenes militares, siglos XI-XIII*, 63-100 (Madrid: Cátedra, 2010).

¹⁷ Helen Nicholson, *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights. Images of the Military Orders, 1128-1291* (Leicester/London/New York: Leicester University Press, 1995); Helen Nicholson, *Love, War and the Grail. Templars, Hospitallers, and Teutonic Knights in Medieval Epic and Romance. 1150-1500* (Boston/Leiden: Brill, 2004).

¹⁸ Philippe Josserand, *Église et Pouvoir*, 15-228. Veja-se também Philippe Josserand, "En crise de raison d'être? Critiques et contestation des Ordres Militaires dans la Castille des XIII^e et XIV^e siècles" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, 235-259 (Palmela: Câmara Municipal/GESOS, 2009).

¹⁹ Damien Carraz, *L'Ordre du Temple dans l'abasse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres Militaires, croisades et sociétés méridionales*, 395-418 (Lyon: PUL, 2005); Damien Carraz, "Ordres militaires, croisades et sentiments politiques chez les troubadours. Le cas de la Provence au XIII^e siècle" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, 993-1011 (Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005).

²⁰ Entenda-se, neste caso, todas as formas que cada uma das Ordens Militares têm de se fazer representar, sintetizando a instituição em símbolos como o hábito, os selos apostos nos documentos ou a heráldica. Estas formas devem ser entendidas no quadro de afirmações de solidariedade colectiva e de projecção de poder para o exterior.

²¹ Cf. Peter Burke – *What is Cultural History?*, 2nd ed., 64-69, 77-101 (Cambridge: Polity, 2008).

histórico.

No caso das milícias religiosas, os trabalhos têm prestado atenção às representações construídas por agentes eclesiásticos e aristocráticos, no âmbito da cultura da Igreja e da emergente cultura profana. Tendo em conta um leque alargado de fontes, das quais as fontes literárias são um dos elementos privilegiados²² – crónicas de matriz eclesiástica, nobiliárquica ou régia, poesia trovadoresca, épica medieval, romances de cavalaria – demonstrou-se ser possível aceder a um conjunto de informações capazes de fornecer dados importantes no esclarecimento de problemas historiográficos como o da extinção dos Templários, o do relacionamento destas Ordens com os restantes poderes e corpos sociais, as motivações da constituição do seu património, a valorização do seu *munus* espiritual pela restante Cristandade, o esclarecimento de preconceitos historiográficos relativos à ideia de decadência e secularização da espiritualidade militar cristã, entre outros.

OBJECTIVOS

Conforme sugere Helen Nicholson: "(...) we can say that, unlike the documentary sources and many of the chronicles, literary works were written to appeal to some part of the laity, and so give a general impression of their attitudes and expectations. Hence the skilful historian can draw a great deal from literary sources which could never be learned from the supposedly more 'factual' sources."²³ Seguindo este princípio, a investigação agora em curso procurará compreender a maneira como as Ordens Religioso-Militares presentes em solo português foram percebidas e integraram o *discurso* da Nobreza medieval portuguesa, num período balizado, sensivelmente, entre 1240 e 1380. Para este efeito, utilizarei as referências aos freires presentes em dois tipos distintos de fonte: as cantigas de escárnio e de mal dizer pertencentes ao repertório trovadoresco do ocidente peninsular²⁴ e os nobiliários medievais portugueses: o *Livro Velho de Linhagens*, o *Livro do Deão*²⁵ e o *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*.²⁶ O estudo deste aspecto da mundividência aristocrática portuguesa poderá servir não só para compreender melhor a mecânica das interações entre o modelo de vida religiosa dos freires e o *ethos* nobiliárquico, como também para aflorar novos dados que contribuam para a compreensão das relações entre a Nobreza e as Ordens, quer nos aspectos do patrocínio destes institutos, quer nos aspectos de ingresso nas mesmas. No campo espiritual, será também importante prestar atenção ao peso que estes institutos detinham na economia das almas para a Nobreza e de que modo a sua forma de vida religiosa permaneceu importante neste campo ao longo do tempo. Por outro lado, no campo político, o estudo das representações poderá trazer a lume novos dados que permitam compreender as relações entre as Ordens Militares e os restantes poderes, nomeadamente na área dos alinhamentos políticos dos freires face aos posicionamentos políticos da aristocracia.

A presença de representações das Ordens Militares nos nobiliários medievais já foi detectada por Bernardo Vasconcelos e Sousa na sua comunicação apresentada ao IV Encontro sobre Ordens Militares de Palmela, realizado em 2002.²⁷ Menos visível para

²² Mas não os únicos; os trabalhos destes investigadores tomaram um leque variado de vestígios, abrangendo desde a documentação diplomática à sigilografia, passando pela iluminura, pela escultura e pela tumulária.

²³ Helen Nicholson, *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights*, 9.

²⁴ Encontram-se já publicadas, em duas edições: *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*, ed. Manuel Rodrigues Lapa (Lisboa: Sá da Costa, 1995); *Cantigas de Escárnio e de Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*, ed. Graça Videira Lopes (Lisboa, Estampa, 2002).

²⁵ Ambos editados com estudos introdutórios: *Livros Velhos de Linhagens*, eds. Joseph Piel e José Mattoso (Lisboa: Academia das Ciências, 1980).

²⁶ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. José Mattoso (Lisboa, Academia das Ciências, 1980).

²⁷ Bernardo Vasconcelos e Sousa, "As Ordens Militares nos Nobiliários Medievais Portugueses" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, 623-630.

os investigadores tem sido a presença das milícias religiosas no âmbito da poesia trovadoresca, na qual é possível encontrar, pelo menos, dezasseis cantigas de escárnio e de mal dizer relacionadas com o universo dos freires.²⁸

É importante salientar que uma parte significativa dos trovadores que deixaram vestígios de contestação dirigidos aos freires pertence a círculos aristocráticos ou próximos da Corte régia.²⁹ Perante este aspecto, surge a ideia de que a preocupação com a crítica destes institutos está intimamente relacionada com as interações entre o grupo da aristocracia guerreira e cortesã e os freires. Ora, tendo isto presente, não se poderá deixar de reflectir relativamente a uma maior ou menor proximidade entre as milícias e o grupo social dominante, quer se pense em termos de proximidade física e material (ingresso nas Ordens, patrocínio, presença em teatros de operações militares), quer em termos de proximidade ideológica (vocação guerreira, ambiente cavaleiresco, espiritualidade nobiliárquica).

PROBLEMATIZAÇÃO

Tendo já situado a minha investigação no panorama bibliográfico existente relativo ao estudo das representações das Ordens Militares e apresentado o material empírico a empregar, procurarei agora uma problematização de algumas questões relevantes à apresentação do projecto de dissertação. O estudo terá como horizonte cronológico o período situado entre a actividade da segunda geração de trovadores galego-portugueses e a última refundição do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* antes da crise sucessória de 1383-1385.

Por cultura escrita da Nobreza entendem-se os testemunhos escritos legados, significativos da ideologia nobiliárquica portuguesa neste âmbito cronológico. Nesta definição, as cantigas de escárnio colocam-nos desde logo o problema de serem uma manifestação cultural cujo objectivo não era o da reprodução escrita, mas sim o da vivência oral e musical cortesã.³⁰ Se o papel da escrita no processo de composição das cantigas foi já minimamente esclarecido, demonstrando a importância da mesma na elaboração e circulação das composições, a impossibilidade de reconstituirmos totalmente o ambiente da *performance* poético-musical trovadoresca leva, desde logo, a perceber-se o grau de descontextualização que estas fontes, em particular, sofrem quando se procura a sua interpretação. Restando apenas os textos, o trabalho de análise prender-se-á sobretudo à tentativa de fixação do seu sentido, procurando aí situar-se a valorização atribuída às milícias e aos homens que as compunham no seio da sátira trovadoresca.

²⁸ As quais são "Nom é Amor em cas d'e[I] Rei" (B 1525), de Gil Peres Conde; "Ua dona foi de pram" (V 1003) e "Abadessa, Nostro Senhor" (V 1005), de Gonçalo Eanes do Vinhal; "Dom Vuiturom, o que vos a vós deu" (V 1023), de João Soares Coelho; "Chegou Paio de más artes" (B 1600; V 1132), de Pero Mendes da Fonseca; "Joham Fernándiz, aqui é chegado" (B 1544), de Rui Gomes de Briteiros; "Comendador u m'e u quitei" (B 1438; CV 1050) e "Meu senhor, se vos aprouguer" (B 1440; V 1048) de Rui Pais de Ribela; "Rei D. Afonso, se Deus vos Pardom," (B 1512), de Vasco Gil com Afonso X; "Pero Martiis, ora por caridade" (V 1020), de Vasco Gil com Pero Martins; "Os d'Aragom, que soem donear" (B 1623, V 1157), de Caldeirrom; "Pois cata per u m'esp[r]eite" (B 1314; CV 919) e "O caparom de marvi" (B 1322; V 927), de Estêvão da Guarda; "O que seja no pavio" (B 1327; V 933), de João Fernandes de Ardeleiro; "Os privados, que d'el-Rei ham," (V 1038) e "Um cavaleiro havia" (V 1039), do conde Pedro Afonso de Barcelos.

²⁹Veja-se o apêndice prosopográfico na obra já citada de António Resende de Oliveira. Por outro lado, é muito importante prestar-se atenção aos núcleos onde os diferentes autores das cantigas supracitadas se incluem na estrutura dos cancioneiros peninsulares, uma vez que assim se poderá ter maior intuição do ambiente cultural das composições. Assim, Rui Gomes de Briteiros é um dos trovadores incluídos no primeiro cancionero aristocrático ou *Cancioneiro de Cavaleiros*: Cf. António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco*, 256-259; já João Soares Coelho, Gonçalo Eanes do Vinhal, Gil Peres Conde, Rui Pais de Ribela e Vasco Gil encontram-se incluídos no segundo cancionero aristocrático: idem, 259-262; Estêvão da Guarda é um dos autores cujas composições se encontram num cancionero individual – o *Cancioneiro de Estêvão da Guarda*: idem, 273-275; o bastardo Pedro Afonso, conde de Barcelos, terá sido o mais provável responsável pela compilação geral de meados do século XIV: idem, 275-281.

³⁰ Cf. António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco*, 155 e ss..

As compilações de cantares testemunham-nos a existência do fenómeno trovadoresco, mas também são indício da sua decadência no final da primeira metade de Trezentos, já que a sua passagem a escrito, pela mão dos compiladores, foi realizada tendo como objectivo a sua preservação, num meio que já não possuía a dinâmica necessária à reprodução desta manifestação cultural.³¹ Doutro modo, a passagem a escrito dos nobiliários, incluindo não só as genealogias, mas também pequenas narrativas acopladas ao registo genealógico, evidencia a necessidade sentida pelos membros da Nobreza da passagem a escrito e reelaboração das suas memórias e tradições familiares com o objectivo de reforçar os laços de solidariedade entre a Nobreza face às investidas do poder régio.³²

Esta investigação situa-se, deste modo, no âmbito de uma cultura nobiliárquica que se debate no campo da passagem de uma cultura essencialmente oral, nas suas manifestações lúdicas e memorialistas, para uma cultura assente num suporte escrito.³³ É este processo que estrutura e que permite ao historiador actual aceder a um conjunto de vestígios que podemos compreender enquanto *discurso* da Nobreza. A composição de textos de carácter satírico e das memórias linhagísticas da Nobreza portuguesa deste período constituem fenómenos de afirmação de um *ethos* próprio deste corpo social, codificado em textos de âmbito cortesão, cuja função é atribuir a cada indivíduo um código de conduta e de comportamento, padrões de demonstração da superioridade aristocrática e definir claramente o lugar de cada um na estrutura interna da Nobreza.³⁴

Neste âmbito, parecem-me determinantes as considerações de Foucault acerca da estruturação dos discursos, no seu texto *L'ordre du discours*³⁵, no sentido em que estes são, não só, evidência de tensões, fracturas e processos de estruturação e reestruturação dos corpos sociais, como também são eles próprios instrumentos e veículos destes fenómenos. O processo de selecção de cantigas e sua passagem a escrito, bem como as evidências de uma crítica dos autores e das produções já na época da composição e de compilação torna esta ideia bem visível. O mesmo se poderá dizer dos nobiliários, uma vez que a selecção de linhagens, de narrativas e de conteúdos evidencia a ideia de controlo, selecção, organização e redistribuição do discurso com vista à organização de poderes. Da mesma forma poder-se-á entender o processo de manipulação das compilações trovadorescas e o processo de refundição dos livros de linhagens.

Relativamente ao âmbito cronológico, a datação de cerca de 1240 para baliza inicial do trabalho que procuro desenvolver justifica-se por esta ser uma década em que se verifica um primeiro momento de confluência sincrónica da actividade de cinco dos trovadores da segunda geração³⁶ que compõem cantigas que referem as Ordens Militares.³⁷ De facto, é no seio da segunda geração de trovadores que se verificam as primeiras manifestações trovadorescas galego-portuguesas com referência a estes institutos

³¹ Idem, 13.

³² Cf. José Mattoso, "Livros de Linhagens" in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, 419-421; veja-se também, a este respeito, José Mattoso, "A transmissão textual dos livros de linhagens" in *Naquele tempo. Ensaios de História Medieval*, 275-292 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000).

³³ Cf. Roland Barthes, "Oral/Escreto" in *Enciclopédia Einaudi. Oral/Escreto. Argumentação*, 32-57 (Lisboa: INCM, 1989).

³⁴ José Mattoso teve já oportunidade de sublinhar o papel das cantigas de escárnio e de mal dizer no âmbito da ideologia nobiliárquica: Cf. José Mattoso, *Identificação de um País. Oposição*, 188-198. Para o caso dos livros de linhagens, o seu papel estruturante na mundividência da Nobreza foi magistralmente demonstrado em Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico: Geografia dos Livros de Linhagens Portugueses (1280-1380)* (Lisboa: Gulbenkian/JNICT, 1994).

³⁵ Michel Foucault, *L'ordre du discours* (Paris: Gallimard, 1971).

³⁶ São eles Rui Gomes de Briteiros, João Soares Coelho, Vasco Gil de Soverosa, Gonçalo Eanes do Vinhal e Rui Pais de Ribela. Para os seus dados prosopográficos, consultem-se as fichas correspondentes em António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco*.

³⁷ O trovador deste conjunto de quem se possuem informações mais recuadas é Rui Gomes de Briteiros, que António Resende de Oliveira situa entre 1220 e 1250: idem, 431-432; a respeito da actividade trovadoresca dos Briteiros veja-se Leontina Ventura; António Resende de Oliveira, "Os Briteiros (séculos XII-XIV). 4. Produção trovadoresca" in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda F. Santos, vol. II, 763-777 (Porto: Civilização, 2003).

religiosos, situação que se manterá na terceira geração. A baliza terminal, situada em 1380, justifica-se por esta ser uma data que se aproxima da última refundição do *Livro de Linhagens*, momento de cristalização da ideologia da Nobreza em torno dos Pereira³⁸, profundamente relacionados com a Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, antes da mutação ocorrida com a mudança dinástica e as novas realidades de Quatrocentos.

Procurem-se agora algumas linhas de interpretação que deverão estruturar o plano do trabalho que ora se apresenta. Conforme Helen Nicholson já sublinhou, a evolução das representações das Ordens Militares na Cristandade esteve intimamente ligada à evolução da ideia de Cruzada e das atitudes face a este conceito neste espaço.³⁹ Assim, será importante prestar atenção à difusão e evolução da ideia de Cruzada no Ocidente Ibérico. O velho texto de Carl Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal*⁴⁰, fornece ainda um ponto de partida na abordagem a esta problemática. Fazendo eco das perspectivas traçadas por Erdmann, Bernardo Vasconcelos e Sousa publicou um artigo que sublinha a ressurgência do ideal de Cruzada em meados do século XIV no reino português, empregando para o efeito uma análise realizada aos relatos da batalha do Salado (1340) presentes quer no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, quer na *Crónica de 1419*.⁴¹ A ideia que baseia este trabalho é aquela que se generalizou na historiografia portuguesa a partir da tese de Erdmann de 1940: as atitudes cruzadísticas em solo português só se manifestam de forma total a partir da conquista definitiva de Alcácer do Sal, em 1217, após um período em que esta ideologia teria sido difundida a partir de uma matriz extra-peninsular, processo longo e difícil por não se adaptar às realidades políticas da Península. O extermínio total do muçulmano não se coadunaria com a política de ocupação e repovoamento dos monarcas ibéricos. Já no século XIV, no término deste processo, a batalha do Salado, travada já fora do espaço português, mas com intervenção decisiva do contingente de Afonso IV, seria o epítome da teorização e aplicação do discurso cruzadístico português.

Actualmente esta ideia carece de revisão, em função dos avanços no campo da historiografia sobre as Cruzadas. A análise cuidada de um maior leque de fontes e a tomada de outras perspectivas de abordagem levou a um alargamento do conceito de *Cruzada* que permite tomar em conta outras realidades antes marginalizadas pela historiografia sobre este tema.⁴² No seu prefácio à terceira edição de *What Were the Crusades?*, Jonathan Riley-Smith enunciou as diferentes correntes de abordagem ao conceito de Cruzada presentes na historiografia actual.⁴³ Tomando estes novos contributos em conta, creio ser possível esclarecer representações construídas nos livros de linhagens da década de '40 do século XIV, como a da imagem de Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital⁴⁴, ou a de Gualdim Pais⁴⁵, mestre do ramo português da Ordem do

³⁸ Cf. José Mattoso – “A transmissão textual dos livros de linhagens”, 285-289.

³⁹ Helen Nicholson, *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights*, 6: “The historical interest derives largely from the orders’ close connections with crusading. Changing attitudes to crusading during the thirteenth century remain a hotly debated subject among crusade historians. It used to be accepted that the popularity of crusading declined during the thirteenth century. But this view has been disputed in recent studies (...). A better understanding of changing attitudes towards the military orders should assist our assessment of changing attitudes towards crusading.”

⁴⁰ Carl Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal* (Coimbra: Instituto Alemão da Universidade, 1940).

⁴¹ Bernardo Vasconcelos e Sousa, “La resurgence de l’ideal de croisade au Portugal, au XIV^e siècle” in *L’imaginaire de la nation. Actes du colloque européen de Bordeaux (1989)*, 203-211 (Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1991).

⁴² Para a exploração desta ideia, veja-se, em primeiro lugar, Jonathan Riley-Smith, *What Were the Crusades?*, fourth ed. (Basingstoke/New York: Palgrave Macmillan, 2009). Uma série de estudos dedicados ao tema, tomando em conta a renovação da historiografia sobre as Cruzadas, foram publicados em *The Oxford Illustrated History of the Crusades*, ed. Jonathan Riley-Smith (Oxford: Oxford University Press, 2001).

⁴³ Cf. Jonathan Riley-Smith – *What Were the Crusades?*, xi.

⁴⁴ LL XXI G15.

⁴⁵ LD XV D4; LL LVI F5.

Templo. As representações destas duas personagens reflectem uma valorização dos feitos guerreiros e do carácter piedoso da guerra conduzida contra o 'infiel' pelas Ordens Militares. Ora, tendo em conta o carácter negativo que Luís Krus detectou na representação das milícias – associadas ao Portugal do Sul urbano, por oposição ao Norte rural⁴⁶ – no *Livro Velho de Linhagens*⁴⁷, impõe-se a tarefa de análise destas duas formas de encarar as milícias de modo a compreender a mutação ocorrida no discurso nobiliárquico. Aqui, a compreensão da apropriação e do cultivar da ideia de Cruzada por parte da Nobreza poderá fornecer elementos importantes de interpretação.

Por outro lado, compreender de que forma a mentalidade de Cruzada está presente no discurso da Nobreza deste período poderá levar-nos a uma maior compreensão daquilo a que Luís Krus chamou a *teorização do destino hispânico* da Nobreza portuguesa pelo conde Pedro Afonso de Barcelos no seu *Livro de Linhagens*.⁴⁸ Estudar o papel da mentalidade de Cruzada neste *destino* poderá trazer luz sobre o papel dos freires nesta concepção escatológica da Nobreza ibérica e, por outro lado, evidenciar o papel que as mesmas detiveram na estruturação desta formulação ideológica. Neste âmbito, será importante prestar atenção às críticas tecidas pelos trovadores, como Vasco Gil ou o conde Pedro Afonso – em conjunturas diferentes – às milícias. Estas críticas, tecidas normalmente no quadro do tópico mais geral da crítica medieval aos religiosos⁴⁹, poderão ser sintoma de uma valorização do papel estruturante destas Ordens ao nível da mentalidade nobiliárquica, no qual as vocações cavaleiresca e cruzadística destes institutos desempenhariam um papel central.⁵⁰

Se a evolução do ideal de Cruzada em solo português e a forma como este ideal foi vivido e reproduzido pela Nobreza influenciou a maneira como estas estruturaram o seu discurso sobre as Ordens Militares, há ainda outro aspecto que me parece determinante para compreender estas representações. As flutuações do discurso nobiliárquico estão necessariamente ligadas aos processos de reestruturação e recomposição social deste grupo, fenómenos que caracterizam a Nobreza do período em análise.⁵¹ Neste campo, será também necessário atender à estruturação interna da Nobreza, sobretudo às linhagens, quer na óptica do posicionamento dos indivíduos, quer no campo das alianças e posicionamentos políticos entre linhagens da Nobreza, quer entre linhagens da Nobreza e a Coroa ou outras instituições – neste caso, as próprias Ordens Militares.⁵²

⁴⁶ Uma abordagem que foi complementada com uma análise das cantigas de escárnio e de mal dizer: Cf. Luís Krus, "A cidade no discurso Cultural Nobiliárquico (sécs. XIII e XIV)" in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, coord. Maria José Ferro Tavares, Actas II, 381-393 (Lisboa: Universidade Aberta, 1993).

⁴⁷ "A forma como a fonte se refere a Évora parece, neste sentido, exemplar. Trata-se de uma cidade concebia cristã que, durante muito tempo, foi vanguarda da reconquista portuguesa face ao Islão. Porém, o texto apenas a refere para aí situar a morte de um bastardo régio, tido por Afonso I numa dama da Nobreza minhota, responsabilizando pela ocorrência os freires da ordem militar de Santiago.": Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico*, 69.

⁴⁸ Idem, 113-142.

⁴⁹ Cf. Jean-Charles Payen, "La satire anticléricale dans les oeuvres françaises de 1250 à 1300" in *1274, année charnière. Mutations et continuités. Colloque internationale*, 261-276 (Paris: 1977).

⁵⁰ Cf. Philippe Josserand, *Église et Pouvoir*, 214-225.

⁵¹ Para a compreensão destes fenómenos, dispomos já de boas sínteses: veja-se José Mattoso, "A Nobreza e a revolução de 1383" in *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV. Actas das Jornadas de História Medieval*, 391-402 (Lisboa: História e Crítica, 1985); A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. IV, 236-261 (Lisboa: Presença, 1987); Leontina Ventura, "A Nobreza – da Guerra à Corte" in *Portugal em definição de Fronteiras*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, 206-224 (Lisboa: Presença, 1996).

⁵² Para este aspecto, são fundamentais os trabalhos de Leontina Ventura e José Augusto Pizarro: Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coimbra: 1992); José Augusto Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 2 vols. (Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999). O estudo que Bernardo Vasconcelos e Sousa dedicou à linhagem dos Pimentéis é também fulcral na aproximação a esta temática, não só pelo estudo aprofundado da linhagem em questão, mas sobretudo pela importância que concede, numa das suas partes à estratégia

Atender aos problemas de reformulação da Nobreza e à promoção de ascensões sociais por parte dos monarcas ou dentro das milícias religiosas poderá ser a chave para a interpretação de algumas representações, como a do comendador da Ordem de Santiago Rui Fafez, alvo da animosidade de Estêvão da Guarda.⁵³ Os jogos de Corte, onde a privança régia detinha um lugar cobiçado e sinónimo de promoção política permitem, por outro lado, compreender composições como a de D. Pedro dedicada aos "*privados d'el rei*".⁵⁴ Resta ainda salientar que, embora se possam tomar estes textos como evidência de um discurso nobiliárquico, a aristocracia que constrói este discurso é profundamente heterogénea. Atender às clivagens que se podem detectar, quer nas diversas composições trovadorescas, quer nas diferentes matrizes textuais que compõem os nobiliários, significará prestar atenção às diferentes *Nobrezas* que compõem a aristocracia deste período. Embora se possa detectar um discurso sobre as Ordens Militares com uma evolução coerente no conjunto de testemunhos arrolados, este encerra representações com matrizes diferentes, necessariamente dependentes do estatuto dos autores e dos contextos em que os cantares são produzidos.

Atendendo à cronologia do estudo – que começa com a conjuntura que levará à deposição de D. Sancho II e à entronização do seu irmão, D. Afonso III, e termina nas vésperas da ascensão de D. João, mestre da Ordem Militar de Avis – e ao processo de recomposição da Nobreza a que acima me referi, será importante ter em conta as turbulências que marcam as relações entre a Nobreza e a Coroa neste período. Como a renovação da historiografia sobre a Nobreza em Portugal teve oportunidade de demonstrar, o caminho da afirmação dos poderes régios desenrolou-se através do combate aos poderes concorrentes, com grande quota-parte no cerceamento dos poderes da Nobreza⁵⁵. Neste processo, os alinhamentos políticos da Nobreza em função das várias guerras civis⁵⁶ traduziram não só momentos de união de um grupo social que se via atacado, como também momentos propícios para a reformulação do equilíbrio de poderes entre a Nobreza e o poder da Coroa, e do equilíbrio da estrutura do grupo aristocrático. Deste modo, torna-se importante prestar atenção aos testemunhos dos trovadores exilados na Corte castelhana em função do conflito que colocou D. Afonso III no trono.⁵⁷ Por outro lado, prestando atenção à conjuntura dos conflitos que ocorreram entre meados do século XIII e a década de '80 do século XIV no reino português e ao posicionamento das Ordens Militares nestes, poderemos recolher algumas perspectivas para analisar as críticas feitas a estas pelos trovadores. Pense-se, a título de exemplo, na tensão entre Vasco Gil e Pero Martins, que constitui um ataque bastante férreo e directo à Ordem dos Hospitalários⁵⁸, e que poderá estar relacionado com a actuação desta ordem durante o conflito de 1245-1248.

Por fim, sem querer esgotar as eventuais perspectivas de análise que venham a surgir até à conclusão do estudo, que certamente permitirão compreender mais a fundo as representações recolhidas, há ainda outro aspecto do relacionamento entre a Nobreza e as Ordens Militares que deverá ser tido em conta na resolução dos problemas que a

de alianças tecida pela família e a Ordem do Hospital: Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da Nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)* (Lisboa: INCM, 2000).

⁵³ B 1314; V 919.

⁵⁴ V 1038.

⁵⁵ A este respeito, veja-se, entre outros, Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coimbra: 1992); Leontina Ventura, "A Nobreza – da Guerra à Corte" in *Portugal em definição de Fronteiras*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, 206-224 (Lisboa: Presença, 1996); José Augusto Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 2 vols. (Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999).

⁵⁶ Os mais determinantes, a saber: o conflito de 1245-1248; o de 1319-1324; e o levantamento de D. Pedro contra seu pai, D. Afonso IV, em 1355.

⁵⁷ Uma síntese deste conflito foi esboçada já em 1985: José Mattoso, "A Crise de 1245" in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, 57-75 (Lisboa: INCM, 1985).

⁵⁸ V 1020.

interpretação destas representações impõe: o das relações entre as linhagens nobiliárquicas e os freires. Estão documentadas as relações de patrocínio entre alguns dos trovadores do conjunto a analisar e estes institutos.⁵⁹ Tendo em conta este dado, é relevante notar que, na proximidade de um membro da Nobreza a uma ordem militar, poderá estar a génese das críticas tecidas – por vezes violentas – à mesma.

Por outro lado, é importante também associar ao trabalho em curso as ligações entre determinadas linhagens e certas milícias. O caso dos Pereiras é o mais conhecido, com uma ascensão social muito vinculada à Ordem do Hospital.⁶⁰ Outro caso já estudado é o dos Pimentéis, cuja ascensão da linhagem se fez, de resto, entrecruzada com a dos Pereiras, através da mesma ordem militar.⁶¹ Ter em conta estas ligações já aprofundadas, bem como outras que poderão resultar deste trabalho, poderá ser um elemento fundamental para a análise da modelação do discurso nobiliárquico sobre estes institutos religiosos.⁶² De resto, será impossível compreender os discursos presentes nos livros de linhagens do século XIV e refundições do *Livro do Conde* sem termos em conta o papel que a Ordem do Hospital, em associação com a linhagem de Pereira (mas também com a dos Pimentéis, pelas interpolações que se detectam no texto associadas a esta linhagem) teve na composição e estruturação destes textos.

* * *

Nas linhas anteriores procurei trazer a lume algumas das questões impostas pela análise das representações das Ordens Militares no repertório satírico português e nos nobiliários medievais portugueses. Sem ter a ambição de esgotar todos os vectores de análise ou de fazer um tratamento exaustivo de todas as temáticas a abordar, este texto é apenas precursor de um trabalho um pouco mais alargado, que procurará seguir as linhas expostas acima. Através das mesmas, o trabalho em curso assume o propósito de esclarecer melhor o lugar e a valorização das milícias religiosas no seio da ideologia nobiliárquica dos séculos XIII e XIV. Não deixe de se lembrar, porém, que os apontamentos acima elaborados possuem o carácter provisório que o esboço de um projecto de investigação necessariamente assume, e que o decorrer da investigação tratará necessariamente de reformular.

⁵⁹ Veja-se as respectivas fichas prosopográficas em António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco*.

⁶⁰ A proximidade dos Pereira à Ordem do Hospital está patente no seu percurso de ascensão social a partir de meados do século XIII. Cf. José Mattoso, "A Nobreza e a revolução de 1383", 398; Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder. A casa de Bragança (1384-1483)*, 20-22 (Viseu: Fundação da Casa de Bragança, 1990); Luís Krus, "Pereira, Álvaro Gonçalves" in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, coord. José Costa Pereira, vol. II, 99-100 (Estella: Alfa, 1985); Luís Krus, "Pereira, Gonçalo Gonçalves" in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, 100-101.

⁶¹ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis*, 148-179; Bernardo Vasconcelos e Sousa, "Memória familiar e ordens militares. Os Pimentéis no séc. XIV" in *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes; Paulo Pacheco, 37-49 (Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1997).

⁶² Neste nível foram já esboçados outros estudos para além dos já citados: Cf. José Augusto Pizarro, "A participação da Nobreza na Reconquista e nas Ordens Militares" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, 143-155; Paula Pinto Costa, "A Nobreza e a Ordem do Hospital: uma aliança estratégica" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, 605-621.